



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

A COMPANHIA

Apresentação da Companhia

Com início da operação comercial, com a Linha 1, em março de 1979 e inauguração da Linha 2 em 1981, o metrô do Rio de Janeiro foi o primeiro sistema metroviário concedido do Brasil, em 1998. Em 2016 houve a inauguração da Linha 4, formando o que é atualmente o maior sistema metroviário sob gestão privada do país e o segundo maior em extensão de rede e quantidade de passageiros.

Desde o começo das operações foram realizados intensos investimentos com a melhoria do sistema metroviário, a modernização do Centro de Controle e a abertura de novas estações e no presente momento atravessa a cidade do Rio de Janeiro, ligando a Zona Norte à Barra da Tijuca, com 41 estações e 3 linhas.

Em 8 de novembro de 2021 o MetrôRio passou a ser controlada pela empresa HMOBI S.A., que administra, mantém e opera as Linhas 1 e 2 do sistema metroviário da cidade do Rio de Janeiro e presta serviços de operação, manutenção do material rodante, sistemas e infraestrutura através da controlada Metrobarra na Linha 4.



Mensagem da Administração

Prezados clientes, acionistas, parceiros e demais stakeholders, É com grande satisfação que compartilho o relatório anual da administração do MetrôRio. O ano de 2023 marcou um período completo sem os impactos diretos da recente pandemia, resultando em conquistas excepcionais. Nossa busca incessante por eficiência e otimização de custos, aliada a inovação, aumento de produtividade e melhorias nos processos, foi impulsionada pelo trabalho de uma equipe engajada, unida e altamente preparada, com o objetivo primordial de proporcionar uma ótima experiência a nossos clientes. Encerramos o ano com um crescimento de 11,1% no volume de passageiros transportados, em comparação com 2022, influenciado por eventos na cidade e o retorno ao trabalho presencial em diversos setores. A qualidade do serviço prestado durante todo o ano refletiu-se no cumprimento de todos os indicadores de desempenho do Contrato de Concessão, com destaque para a Pesquisa de IQS (Índice de Qualidade de Serviços), realizada em março e setembro de 2023 em todas as 41 estações do sistema, para acompanhar o nível de satisfação sobre a qualidade dos serviços, alcançando a nota 8,7, a maior nota média da história da concessionária, assim como na aprovação de 94% dos nossos clientes na pesquisa de satisfação realizada em setembro. Esse reconhecimento valida nosso compromisso de oferecer uma operação segura e confiável, consolidando os avanços de produtividade obtidos nos últimos anos.

No âmbito regulatório, o ano de 2023 foi marcado pela implementação do Subsídio Tarifário por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro com a criação da Tarifa Social no valor de R\$5,00 destinada aos cidadãos que se enquadram nos requisitos pré-determinados.

Em nosso principal pilar, que é a nossa equipe, anunciamos com orgulho a conquista do selo "Great Place to Work" (GPTW), fruto do compromisso com a excelência na gestão de pessoas. Este selo representa um testemunho tangível do nosso comprometimento com a construção de um ambiente de trabalho inclusivo, motivador e que valoriza o talento e a diversidade.

Na temática ESG, avançamos com sucesso, criando um comitê dedicado, publicando nosso primeiro Relatório Anual de ESG e integrando a pauta em nosso Planejamento Estratégico. Destacamos iniciativas ambientais que visam a redução do impacto ao meio ambiente e o uso eficiente de recursos naturais, como a troca de mais de 42 mil lâmpadas por modelos LED. No campo social, o Programa de Diversidade obteve conquistas significativas, promovendo ações afirmativas para fortalecer a diversidade de gênero em posições operacionais e aprimorando as ações de sensibilização para os pilares do programa. O trabalho bem-sucedido do programa chamou atenção do mercado, sendo reconhecido em duas premiações nacionais e uma internacional.

Fortalecemos o diálogo territorial para geração de impacto positivo nas comunidades e apoiamos projetos socioculturais nas áreas do entorno das estações. Na Governança, alcançamos certificações relevantes, promovemos treinamentos internos e atualizamos nossas políticas, sustentando nossa busca por uma atuação ética, transparente e responsável.

Em 2023, registramos um crescimento de 20,4% em nossa receita líquida em comparação ao ano anterior, apesar da pressão inflacionária nos custos. O EBITDA de R\$354,2 milhões, considerando a recuperação de passageiros, controle de custos e a solidez regulatória, é um testemunho de nossa capacidade de adaptação e controle.

O MetrôRio teve redução da dívida líquida em 9,1%, demonstrando o melhor resultado operacional e geração de caixa. Estamos rigorosamente em dia com as obrigações da emissão de debêntures do MetrôRio, com destaque para o início da amortização em dezembro de 2023.

Projetamos um cenário promissor para 2024, confiando na continuidade da recuperação econômica e na consolidação dos avanços regulatórios. Aprimoraremos constantemente a eficiência e a modernidade dos serviços, mantendo um diálogo aberto com clientes e implementando iniciativas técnicas para reforçar a segurança.

Expressamos nossa profunda gratidão a todos os colaboradores do MetrôRio, cujo trabalho incansável foi fundamental para manter e aprimorar a qualidade dos serviços. Agradecemos a confiança dos acionistas e demais stakeholders, reafirmando nosso compromisso com a transparência e a excelência na gestão.

Ao olhar para 2024, confiamos que, com a dedicação contínua de nossa equipe e o apoio de nossos parceiros, continuaremos a trilhar um caminho de sucesso, proporcionando um serviço de transporte público cada vez mais eficiente e adaptado às necessidades da comunidade que servimos.

Guilherme Ramalho
Presidente MetrôRio

DESTAQUES DE 2023

Receita Bruta

No ano de 2023, a Receita Bruta apresentou aumento de 20,3% em comparação com ao ano de 2022, atingindo o patamar significativo de R\$987,7 milhões, nível superior ao período pré-pandemia, impulsionado pelo crescimento da demanda, que registrou 126,0 milhões de passageiros pagantes nas linhas 1 e 2 em 2023 e 189 milhões de passageiros transportados nas linhas 1, 2 e 4, número 11,1% maior em comparação ao ano anterior (170,1 milhões), influenciado pela volta à normalidade, tanto em dias úteis com viagens de trabalho, quanto em feriados e fins de semana com viagens não essenciais e de praia/lazer devido aos dias ensolarados e de calor, eventos na cidade e jogos de futebol.

Reajuste Tarifário e Tarifa Social

Entrou em vigor em 12 de abril de 2023 o reajuste tarifário ordinário de 5,77%, baseado na evolução do IPCA, tendo como nova tarifa regulatória o valor de R\$7,20 (sete reais e vinte centavos), referente ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros celebrado entre a controlada MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"). Além disso, o ano de 2023 trouxe importante conquista regulatória no que diz respeito a implementação do Subsídio Tarifário por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro no sistema metroviário com a criação da Tarifa Social no valor de R\$5,00, destinada a cidadãos com renda até R\$3.205,20 (três mil duzentos e cinco reais e vinte centavos) cadastrados no Bilhete Único Intermunicipal.

Indicadores Financeiros

O MetrôRio finalizou o ano de 2023 com um caixa de R\$552,6 milhões, aumento de 22,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado pelo aumento da demanda e no controle eficiente de custos com impacto na performance operacional, recebimentos relativos as conquistas regulatórias, gestão tributária e o maior volume de aplicações financeiras.

O MetrôRio está com as obrigações relacionadas ao serviço da dívida 100% adimplidas, sendo o principal destaque o início da amortização da 9ª emissão de debêntures do MetrôRio, liquidada em dezembro de 2023 no valor de R\$204 milhões. Além disso, em março de 2023 o Rating de emissão 'brAA+' da MetrôRio foi reafirmado em função do fortalecimento da liquidez.

Relatório Anual de ESG

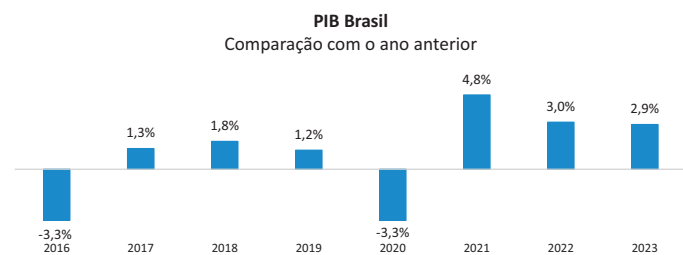
Durante o ano de 2023, o MetrôRio alcançou importantes objetivos relativos à sustentabilidade. A companhia publicara o primeiro Relatório Anual de Environmental, Social and Governance ("ESG"). Além disso, foi formado comitê multidisciplinar para supervisionar as iniciativas do tema. Seguindo o compromisso de investir em geração de impactos cada vez mais positivos ao meio ambiente e à população da cidade, incluindo seus colaboradores, a HMOBI o MetrôRio realizou uma série de ações e projetos nos campos de meio-ambiente, sociedade e governança.

RESULTADOS

Contexto Econômico

A economia do Brasil em 2023 registrou bom desempenho com o crescimento de 2,9% do PIB, muito próximo ao que registrado no ano de 2022. No campo de inflação, o IPCA fechou o período com alta acumulada de 4,62%, dentro do intervalo da meta da inflação e abaixo dos 5,79% observados em 2022, fato que foi fundamental para o início do ciclo de queda gradual da taxa Selic, implementado de Banco Central.

Com a continuidade da retomada econômica prevista para 2024, a expectativa é que haja uma crescente demanda por transporte público, seja para viagens de trabalho, estudo, lazer, saúde ou compras. O PIB do Brasil, que teve forte queda em 2020 devido à pandemia, apresentou recuperação nos anos subsequentes e, pelas estimativas econômicas, tem projeção de crescimento para 2024. Isso demonstra que o país e a região seguem em processo de retomada, o que deve impactar positivamente na demanda por transporte público.

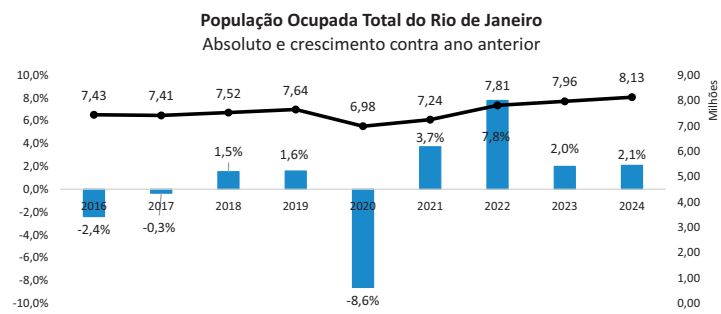


Fonte: MCM Consultores (realizado até 2022 e projeção para 2023 e 2024)

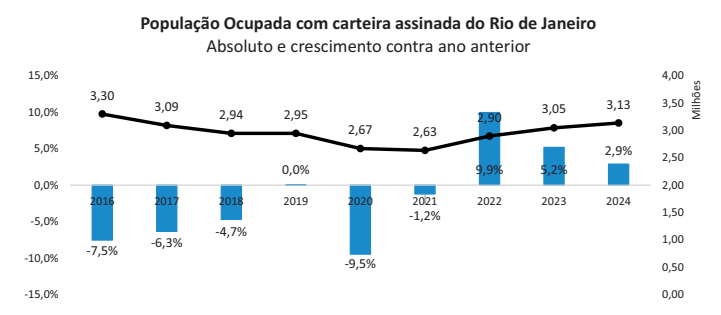
Ao analisar-se o cenário econômico do Rio de Janeiro, pode-se observar três indicadores que se destacam e evidenciam o grande potencial da região: as vendas no varejo, a população ocupada e o rendimento médio.

O varejo é um importante termômetro para medir a movimentação na região, especialmente considerando que metade das estações estão situadas em áreas comerciais de grande movimentação, como o Centro, Tijuca e Zona Sul. As vendas no varejo devem acompanhar a tendência de recuperação do PIB, apresentando crescimento para 2024, após a grande queda em 2020 e a recuperação a partir de 2021.

Além disso, a população ocupada na região também está em crescimento, indicando uma evolução dos empregos e um aumento da renda média, o que, consequentemente, eleva o poder de compra da população. Tudo isso sinaliza um cenário altamente positivo para o transporte público no Rio de Janeiro, que se beneficia diretamente do aquecimento econômico da região. Ao analisar os indicadores de emprego no Rio de Janeiro, pode-se constatar que há motivos para otimismo. A população ocupada total, que inclui todas as categorias, está em constante crescimento, apontando para pouco acima de 2% em 2024 e atingindo o melhor índice absoluto da série, com 8,13 milhões de pessoas empregadas. Além disso, a população ocupada com carteira assinada também apresenta crescimento pelo terceiro ano consecutivo, com um aumento de 2,9% em 2024, quase alcançando o patamar do período olímpico (2016), com 3,13 milhões de pessoas nesta categoria, significando redução nos índices de informalidade da região, pressupondo viagens mais constantes de transporte público e que devem impactar positivamente a demanda.



Fonte: PNAD Contínua com projeção da MCM Consultores

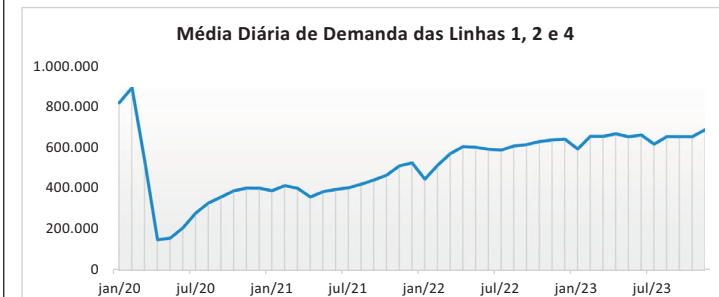
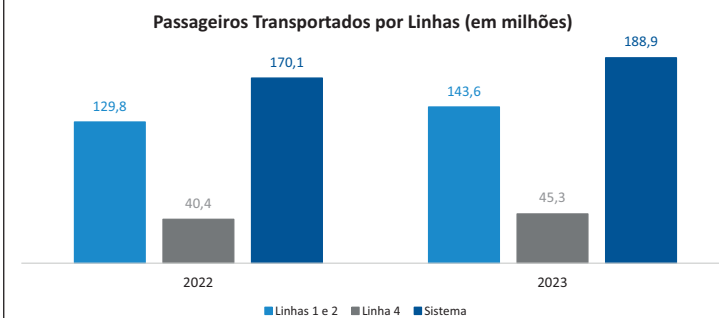


Fonte: PNAD Contínua com projeção da MCM Consultores

Ao analisar os indicadores de rendimento médio, é importante destacar que, apesar da estagnação no poder de compra da população prevista para 2024, o aumento no número de empregos, especialmente com carteira assinada, é um sinal de crescimento econômico e de mais oportunidades para a população. Além disso, é fundamental considerar que a queda no rendimento médio pode ser temporária e que a recuperação econômica tende a melhorar essa situação nos próximos anos. É importante destacar que, apesar dos desafios, o mercado de mobilidade apresenta oportunidades e possibilidades de crescimento, especialmente com a sinalização de introdução de políticas públicas por parte do Estado.

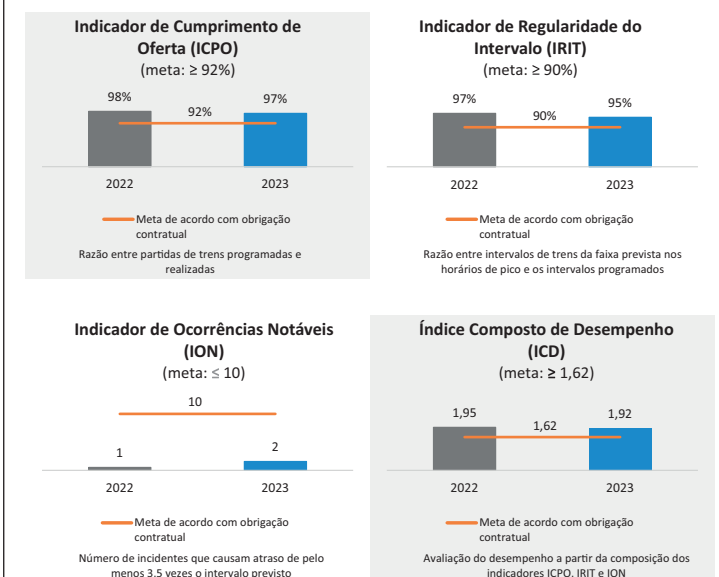
Resultados Operacionais

O ano de 2023 apresentou crescimento na média de passageiros em dias úteis sendo registrado aumento de viagens em horários de pico, indicando maior quantidade de viagens de trabalho. Além disso o ano foi marcado por (i) dias ensolarados e de calor intenso, impulsionando as viagens não essenciais e de praia/lazer que impactaram principalmente os finais de semana; (ii) o feriado de Carnaval que ampliou a presença de turistas na cidade com o retorno dos blocos de Carnaval que não aconteciam de maneira oficial desde 2020 e do desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro; e (iii) jogos de futebol no estádio Maracanã e Nilton Santos, além de diversos eventos musicais que impactaram positivamente a demanda do sistema. Apesar da demanda não ter retornado a níveis anteriores ao período da pandemia do COVID-19, a recuperação do volume de passageiros vem apresentando trajetória de crescimento.



Indicadores de Desempenho Operacional

De acordo com o Contrato de Concessão, que prevê indicadores mínimos de qualidade, o MetrôRio vem superando a cada ano os indicadores operacionais e suas respectivas metas. Segue os dados do ano:



Resultados Financeiros

Receitas

Receita (R\$ Milhões)	2023	2022	Δ
Receita com Passagens	918,7	757,6	21,3%
Receitas Acessórias	68,9	63,4	8,8%
Receita Bruta	987,7	821,0	20,3%
Deduções da Receita Bruta	(29,4)	(24,9)	18,1%
Receita Líquida	958,3	796,1	20,4%
Outras Receitas	27,5	296,7	(90,7%)
Receita Total	985,7	1.092,8	(9,8%)

A **Receita Bruta** da Companhia atingiu **R\$987,7 milhões** no ano de 2023 (+20,3% vs 2022). A **Receita com Passagens** no ano de 2023 atingiu R\$918,7 (+21,3% vs 2022). Esse aumento ocorreu, principalmente, pela continuidade da recuperação da demanda de passageiros somado ao reajuste de 5,77% da tarifa praticada que entrou em vigor em abril de 2023.

As **Receitas Acessórias** aumentaram 8,8% no ano de 2023 em comparação com o 2022, devido ao aumento da receita com locações de espaços físicos das Estações, ocasionado também pelo aumento da demanda que se reflete em maior busca por lojas ao longo das 41 estações do sistema. Além de locações de espaços físicos, fazem parte das Receitas Acessórias os contratos de mídia nas estações e trens e contratos de telecom.

As **Outras Receitas** em 2022 se deram principalmente devido à contabilização do ressarcimento emergencial de 2020 no valor total de R\$286,1 milhões da parcela principal.

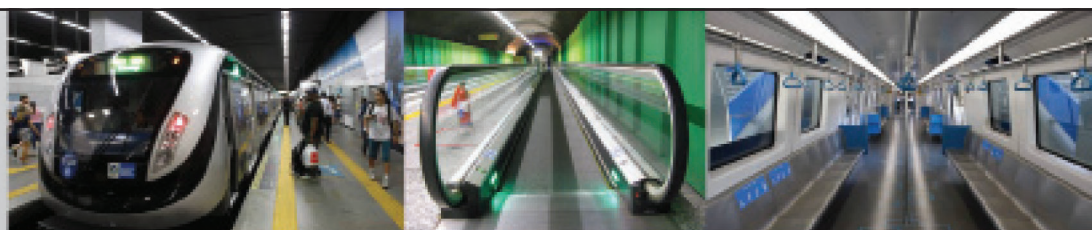
Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ Milhões)	2023	2022	Δ
Pessoal	(281,0)	(230,4)	22,0%
Conservação & Manutenção	(132,5)	(110,0)	20,5%
Operacionais	(183,6)	(162,4)	13,1%
Despesas Administrativas	(38,7)	(45,3)	(14,6%)
PDD / Contingências	4,3	(26,6)	(116,2%)
Depreciação & Amortização	(123,9)	(100,9)	22,8%
Custos & Despesas Operacionais	(755,4)	(675,5)	11,8%

• **Pessoal:** Aumento de 22% relacionado ao reajuste de 4% referente ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2023, reajuste de 25% do plano de saúde dos colaboradores, fato que afetou diversos setores do mercado em 2023, especialmente para os planos coletivos, que foram afetados notadamente pelo represamento dos reajustes durante a pandemia de COVID-19 por parte das seguradoras. Além disso, podemos citar a criação de uma nova estrutura de segurança operacional, além de maiores encargos oriundos da desoneração da folha de pagamento (INSS) como consequência da maior Receita Bruta.

• **Conservação e Manutenção:** Além dos reajustes contratuais dos prestadores de serviços de terceiros, contratualmente vinculados a índices de inflação, bem como do repasse de custo de insumos relacionados a materiais necessários para a manutenção dos trens e sistemas, o aumento de 20,5% decorre principalmente, da maior necessidade de manutenção dos ativos operacionais em função da volta à normalidade operacional decorrente da continuidade da recuperação da demanda e retorno de grandes eventos, além da criação da nova área de segurança operacional com foco na mitigação de riscos de acidentes com clientes e reforço da cultura de segurança da companhia.

continua →



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

Operacionais: o aumento de 13,1% é reflexo da volta à normalidade após a pandemia de COVID-19 e recuperação da demanda de passageiros que influenciou no maior consumo de energia como consequência do aumento na oferta de trens e redução do intervalo entre as viagens para garantir a segurança, confiabilidade e eficiência dos serviços prestados. A controlada MetrôRio é consumidora do Mercado Livre de energia e seu custo de Energia Elétrica representa mais de 80% do total de custos operacionais e, além de variar em função da maior demanda de passageiros como exposto acima, sofre reajuste de acordo com o IGP-M. Se observado isoladamente, no ano de 2023 o custo total de energia foi de R\$151,5 milhões vs R\$137,7 milhões em 2022 (+10,1%).

Adicionalmente, os custos operacionais foram influenciados em 2023 pela renovação das Apólices de seguros de Responsabilidade Civil e Riscos Operacionais, além da primeira contratação de seguro contra Riscos Cibernéticos. Todas as apólices de seguros somadas, representaram R\$20 milhões ou aproximadamente 11% da linha Operacional.

Despesas Administrativas: as despesas administrativas estão relacionadas à Receita na medida que as taxas pagas ao operador de Bilhetagem Eletrônica do Estado (Semove) crescem. Além disso, ao longo dos últimos anos, encerrando bilheterias físicas e terceirizando seus canais de venda, o que potencializa o aumento dessas despesas, mas traz ganho de eficiência em outras linhas como Pessoal e Operacionais. Outra despesa importante nessa linha que também está relacionada com o aumento da demanda é a terceirização de frota do Metrô Na Superfície (+20%), na medida que são necessários mais ônibus para atender à crescente demanda de passageiros. Contudo, a redução de 14,6% pode ser explicada pela criação da área de serviços compartilhados, onde parte das despesas administrativas passaram a ser compartilhadas com Metrobarra, controlada da companhia HMOBI.

Depreciação & Amortização: o aumento de 22,8% em 2023 é consequência do crescimento de passageiros transportados, tendo em vista que a apuração da depreciação ocorre de acordo com a curva de demanda (OCPC nº 05).

Outras Receitas e Despesas Operacionais

Outras Receitas e Despesas (R\$ Milhões)	2023	2022	Δ
Receitas regulatórias	-	286,1	-
Receita venda de energia	23,2	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	4,3	10,6	(59,9%)
Total de outras receitas e despesas operacionais	27,5	296,7	(90,7%)

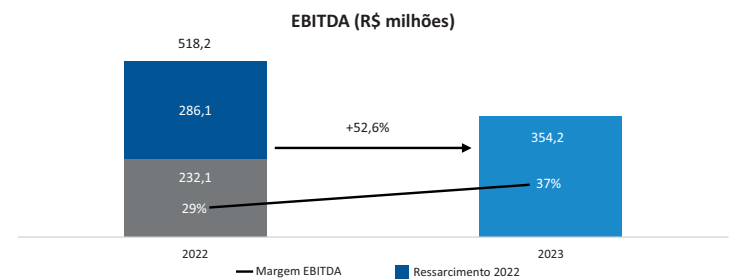
Receitas Regulatórias: Em 2022, essa linha foi significativamente impactada pelo recebimento do ressarcimento emergencial relacionado aos impactos da COVID-19 do ano de 2020, no valor de R\$286,1 milhões.

Receita venda de energia: o MetrôRio realizou, através de corretora especializada no mercado livre de energia, operações de troca de Energia Convencional por Energia de Fonte Incentivada (Swap de Energia) como forma de obter descontos na tarifa do sistema de transmissão (TUST) e do sistema de distribuição (TUSD), cuja receita do período foi de R\$23,2 milhões.

Outras Receitas: a variação negativa de 59,9% tem relação com o efeito não-recorrente da apropriação de créditos tributários extemporâneos realizada no ano de 2022.

EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Milhões)	2023	2022	Δ
Lucro do período	60,8	300,6	(79,8%)
(+) Resultado Financeiro Líquido	138,7	130,5	6,2%
(+) IRPJ & CSLL	30,8	(13,9)	(321,7%)
(+) Depreciação & Amortização	123,9	100,9	22,8%
EBITDA Instrução CVM Nº 527/12	354,2	518,2	(31,6%)
Receita Líquida	958,3	796,1	20,4%
Margem EBITDA (%)	37,0%	65,1%	(28,1 p.p.)



Em 2023, registramos um EBITDA de R\$354,2 milhões, denotando um crescimento de 52,6% em comparação com o ano anterior que, desconsiderando o efeito não recorrente do ressarcimento emergencial relacionado ao impacto da pandemia de COVID-19 em 2020, totalizou R\$232,1 milhões. A margem EBITDA da companhia atingiu 37,0%, indicador superior à média histórica do período pré-pandemia, ainda que a demanda atual não tenha sido retomada na sua totalidade. A elevação do EBITDA é resultado direto da normalização das operações, impulsionada pela retomada da demanda, o ajuste tarifário implementado e destacadamente pela gestão eficaz dos custos e despesas.

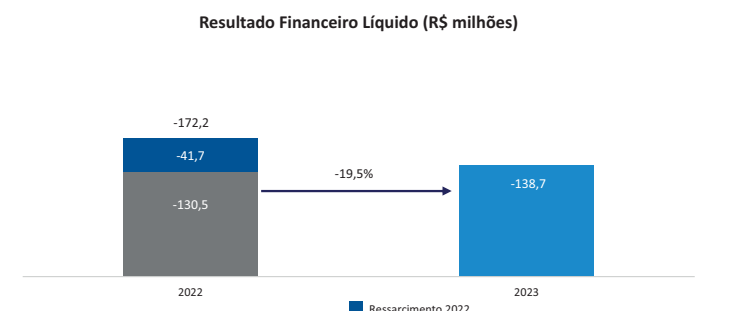
Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	2023	2022	Δ
Receitas Financeiras	71,3	74,7	(4,5%)
Despesas Financeiras	(210,0)	(205,2)	2,3%
Resultado Financeiro	(138,7)	(130,5)	6,2%

As **Receitas Financeiras** totalizaram R\$71,3 milhões no ano de 2023, resultado direto do maior volume de aplicações financeiras da Companhia, bem como dos efeitos das taxas de juros a que tais aplicações estão expostas (CDI). No ano de 2022, se excluiu o efeito não recorrente da variação monetária sobre o ressarcimento emergencial referente ao impacto da COVID-19 no ano de 2020 (R\$41,7 milhões), as Receitas Financeiras cresceram 116,3%, atingindo R\$71,3 milhões.

Pelo lado das **Despesas Financeiras** a principal variação ocorreu em função do menor IPCA no ano de 2023 quando comparado com o ano de 2022 (4,62% vs 5,79%) com impacto direto sobre as Debêntures do MetrôRio.

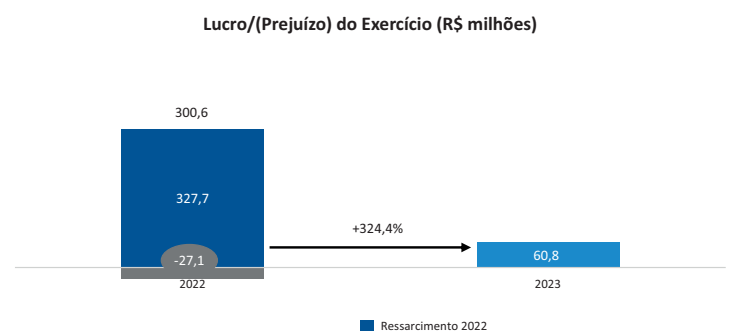
Quando comparado o resultado normalizado, sem o efeito do Ressarcimento Emergencial, o **Resultado Financeiro** foi **19,5% melhor** em relação a 2022.



Resultado do Exercício

Resultado do Exercício (R\$ Milhões)	2023	2022	Δ
Lucro do Exercício	60,8	300,6	(79,8%)

No ano de 2023 a Companhia registrou o resultado positivo de **R\$60,8 milhões**, influenciada pelo reajuste tarifário que entrou em vigor em abril de 2023, a recuperação da demanda e o contínuo e eficiente controle de custos e despesas.



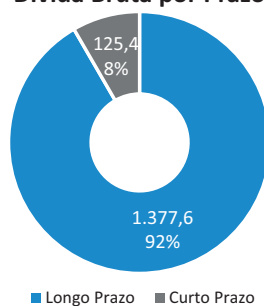
Excluindo o efeito não recorrente do ressarcimento emergencial referente ao impacto da COVID-19 no ano de 2020, o Prejuízo normalizado da companhia foi de R\$27,1 milhões, que comparado ao ano de 2023 apresentou um crescimento de 324,4%, atingindo R\$60,8 milhões.

Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	dez/23	dez/22	Δ
Dívida Bruta	1.503,0	1.498,0	0,3%
Curto Prazo	125,4	204,7	(38,7%)
Longo Prazo	1.377,6	1.293,3	6,5%
Disponibilidades	552,6	452,7	22,1%
Caixa e Aplicações Financeiras	552,6	452,7	22,1%
Dívida Líquida	950,4	1.045,3	(9,1%)

A **Dívida Líquida** da Companhia segue trajetória de queda em relação aos trimestres anteriores. Na comparação entre os anos de 2023 e 2022, houve queda de 9,1% e sua alavancagem financeira medida pelo indicador Dívida Líquida/EBITDA se manteve estável no período. O aumento de 22,1% do saldo de caixa e aplicações, maiores Receitas Financeiras, além da menor variação no IPCA, com impacto na dívida e pagamento da primeira PMT das debêntures do MetrôRio, contribuíram para o melhor resultado.

Dívida Bruta por Prazo



Investimentos

R\$ Milhões	dez/23	dez/22	Δ
Imobilizado	1,9	2,6	(26,7%)
Adições	1,9	2,6	(26,7%)
Intangível	115,6	86,0	34,4%
Adições	115,6	86,0	34,4%
Total do Investido	117,5	88,6	32,6%

Entre os investimentos realizados pelo MetrôRio em 2023, destacamos a iniciativa da criação da área de segurança operacional, aumento de estoques de segurança voltado para bens e equipamentos, recuperação estrutural de contenções, investimentos com TI, melhoria na infraestrutura predial e revitalizações em geral, objetivando a entrega de um serviço de qualidade, seguro e eficiente para os clientes.

ESG

Em 2023, o MetrôRio publicou o primeiro Relatório Anual de Environmental, Social and Governance ("ESG"), para mais informações, o relatório encontra-se disponível no site de RI do MetrôRio (<https://ri.metrorio.com.br/relatorio-esg/>). Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

Herbert Adriano Quirino dos Santos

Diretor de Relações com Investidores

Equipe de Relação com Investidores
Daniel Azevedo
Larissa Berto
dri@metrorio.com.br
+55 21 3211-6172
<http://ri.metrorio.com.br/>

Rio de Janeiro, 26 de março de 2024. Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio, divulga os resultados do ano de 2023. Foram realizadas comparações com o ano de 2022, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

ANEXOS

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado (R\$ Milhões)	2023	2022
Receita Bruta	987,7	821,0
Receitas Tarifária	918,7	757,6
Receitas Acessórias	68,9	63,4
Deduções	(29,4)	(24,9)
Receita Líquida	958,3	796,1
Custos & Despesas	(755,4)	(675,5)
Pessoal	(281,0)	(230,4)
Conservação & Manutenção	(132,5)	(110,0)
Operacionais	(183,6)	(162,4)
Despesas Administrativas	(38,7)	(45,3)
PDD / Contingências	4,3	(26,6)
Depreciação & Amortização	(123,9)	(100,9)
Outras Receitas / Despesas	27,5	296,7
RESULTADO OPERACIONAL	230,3	417,2
Resultado Financeiro Líquido	(138,7)	(130,5)
Receitas Financeiras	71,3	74,7
Variação monetária ativa	2,4	46,4
Juros sobre aplicações financeiras	68,1	27,8
Variações cambiais ativas	0,5	0,4
Juros ativos	0,1	0,1
Outros	0,2	-
Despesas Financeiras	(210,0)	(205,2)
Juros e variação monetária debêntures	(189,2)	(185,5)
Custo de captação	(9,9)	(9,4)
Variação monetária passiva	(6,4)	(7,3)
Comissões e despesas bancárias	(3,7)	(2,0)
Variações cambiais passivas	(0,6)	(0,6)
Outros	(0,2)	(0,4)
RESULTADO ANTES DE IR & CSL	91,6	286,7
IR e Contribuição Social Correntes	(10,3)	-
IR e Contribuição Social Diferido	(20,5)	13,9
IR & CSL	(30,8)	13,9
LUCRO DO EXERCÍCIO	60,8	300,6

Balanco Patrimonial

Ativo (em R\$ Milhões)	dez/23	dez/22
		(Reapresentado)
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	251,9	204,2
Aplicações financeiras	300,7	248,5
Contas a receber	73,9	127,1
Estoques	83,5	72,2
Tributos a recuperar	8,1	4,5
Adiantamentos	11,5	3,5
Despesa antecipada	10,4	27,6
Contas a receber - Partes relacionadas	6,9	2,4
Outros	-	0,0
Total do Circulante	746,9	690,0
Ativo não Circulante		
Contas a receber	16,0	13,1
Tributos a recuperar	1,1	1,1
Impostos diferidos	256,1	276,6
Depósitos judiciais	12,6	20,8
Imobilizado	25,6	33,0
Intangível	2.079,0	2.080,6
Total do Não Circulante	2.390,4	2.425,2
TOTAL DO ATIVO	3.137,3	3.115,2

Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ Milhões)	dez/23	dez/22
		(Reapresentado)
Passivo Circulante		
Fornecedores	104,9	86,0
Empréstimos e debêntures	125,4	204,7
Tributos a recolher	3,5	4,3
Obrigações com empregados e administradores	45,2	36,1
Receita diferida	16,4	57,7
Adiantamentos de clientes	6,1	9,6
Contas a pagar - Partes relacionadas	-	0,1
Outros	1,3	1,4
Total do Circulante	302,8	399,9
Passivo Não Circulante		
Debêntures	1.377,6	1.293,3
Tributos a recolher	-	0,2
Concessão de serviço público	18,6	16,1
Provisão para riscos processuais	59,8	71,5
Receita diferida	1,4	18,1
Outros	3,5	3,2
Total do Não Circulante	1.460,9	1.402,5
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.458,9	1.458,9
(Prejuízos) acumulados	(85,3)	(146,1)
Total do Patrimônio Líquido	1.373,6	1.312,8
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.137,3	3.115,2

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	958.264	796.079
Custo dos serviços prestados	22	(627.906)	(526.240)
Lucro bruto		330.358	269.839
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(127.514)	(149.266)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	27.456	296.674
Resultado operacional		230.300	417.247
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	71.331	74.670
Despesas financeiras	24	(209.981)	(205.207)
Resultado financeiro		(138.650)	(130.537)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		91.650	286.710
Imposto de renda e contribuição social		(30.827)	13.907
Imposto de renda e contribuição social correntes	8(d)	(10.328)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8(d)	(20.499)	13.907
Lucro líquido do exercício		60.823	300.617
Quantidade média de ações ao final do exercício (em milhares de ações)		1.613.694	1.613.694
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (Em reais)	25	0,0377	0,1862

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua →



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.458.916	(446.716)	1.012.200
Lucro líquido do exercício	-	300.617	300.617
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.458.916	(146.099)	1.312.817
Lucro líquido do exercício	-	60.823	60.823
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.458.916	(85.276)	1.373.640

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	60.823	300.617
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	60.823	300.617

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Ajustes:			
Lucro antes dos impostos e contribuição		91.650	286.710
Depreciação e amortização	12 e 13	125.865	100.933
Baixa de imobilizado e intangível	12 e 13	627	772
Provisão (reversão) para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	6	2.146	(3.084)
Variações monetárias e encargos, líquidos	15, 16 e 19	193.948	189.946
Amortização custo de captação de debêntures	15	9.158	(638)
Provisão (reversão) para riscos processuais	19	(14.017)	4.519
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	48.152	(113.798)
Estoques	7	(11.312)	2.409
Tributos a recuperar	8(a)	(3.571)	(477)
Depósitos judiciais	19(c)	9.750	15.672
Adiantamentos		(8.067)	(2.797)
Parte relacionada	10	(4.513)	(2.334)
Despesa antecipada	9	17.200	(15.471)
Outros		34	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	14	18.839	(18.106)
Obrigações com empregados e administradores	11	9.187	(1.552)
Tributos a recolher	8(c)	(9.086)	900
Receita diferida	17	(58.109)	73.875
Adiantamentos de clientes	18	(3.511)	(14.770)
Parte relacionada	10	(50)	50
Concessão de serviço público	16	228	(4.712)
Pagamento de processos judiciais	19	(1.550)	(5.299)
Outras obrigações e contas a pagar		160	512
Caixa gerado nas operações		413.158	493.260
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social		(2.263)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		410.895	493.260
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	12	(1.895)	(2.586)
Aquisição de intangível	13	(115.582)	(85.995)
Aplicações financeiras	5	(52.192)	(247.438)
Caixa líquido gerado (aplicados nas) atividades de investimento		(169.669)	(336.019)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimo	15(a)	10.773	-
Pagamento principal debêntures	15(b)	(119.634)	-
Pagamento juros debêntures	15(b)	(59.718)	-
Pagamento variação monetária debêntures	15(b)	(24.969)	-
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades de financiamento		(193.548)	-
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		47.678	157.241
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	204.245	47.004
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	251.923	204.245
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		47.678	157.241

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas			
1.016.121			
Prestação de serviços	21	987.668	820.973
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	6	(2.146)	(3.084)
Outras receitas	23	30.599	292.663
Insumos adquiridos de terceiros		(341.272)	(327.875)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(338.939)	(325.679)
Outros custos		(2.333)	(2.196)
Valor adicionado bruto		674.849	782.677
Retenções			
(123.900)			
Depreciação e amortização	22	(123.900)	(100.933)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		550.949	681.744
Valor adicionado recebido em transferência			
71.331			
Receitas financeiras	24	71.331	74.670
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		622.280	756.414
Total do valor adicionado a distribuir		622.280	756.414
Distribuição do valor adicionado			
622.280			
Pessoal e encargos			
248.639			
Remuneração direta		163.919	137.275
Benefícios		70.146	57.951
FGTS		11.956	11.342
Outros		2.618	1.521
Impostos, taxas e contribuições			
95.366			
Federais		51.865	34.107
Estaduais		4.540	4.088
Municipais		18.462	15.342
Imposto de renda e contribuição social diferida	8(d)	20.499	(13.907)
Remuneração capital de terceiros			
217.452			
Juros e variação monetária sobre debêntures	24	189.351	188.661
Aluguéis		3.627	2.760
Outras		24.474	16.657
Remuneração de capital próprio			
60.823			
Lucro atribuível aos acionistas controladores		60.823	300.617

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio" ou "Companhia") foi constituída sob a forma de "sociedade por ações" em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como seu único acionista a HMOBI Participações S.A. ("HMOBI"), que por sua vez tem como acionistas: IAV FIP, Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF ("Funcef"), Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS ("Petros"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ("PREVI").

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038.

O Poder Concedente reajusta o valor das tarifas anualmente, a partir do dia 31 de janeiro de cada ano, com base na variação do IPCA publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida nos 12 (doze) meses anteriores.

Em 07 de maio de 2021, o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinaram o sétimo termo aditivo ao Contrato de Concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, contemplando dentre outros itens: (i) a redução do valor aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANSP do Valor Máximo Unitário de Tarifa Padrão de R\$ 6,2654 para R\$ 5,8335; (ii) a resolução consensual para extinção de certos processos judiciais que têm por objeto desequilíbrio na equação econômico-financeira do Contrato de Concessão em favor do Poder Concedente no valor de R\$ 197.943; e (iii) fixação da nova tarifa em R\$ 5,80, após arredondamento previsto em contrato, a ser aplicada a partir de 11 de maio de 2021.

Em 1º de abril de 2022 o MetrôRio celebrou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), o "Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros" ("Contrato de Concessão" e "8º Aditivo", respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos: (i) regular as ações visando o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R\$ 327.747, sendo R\$ 286.068 da parcela principal e R\$ 41.679 referente a atualização monetária pelo IPCA. O ressarcimento, conforme previsto no termo aditivo, foi pago em 4 (quatro) parcelas ao longo do ano de 2022. Segundo o mesmo termo aditivo após a homologação do valor do ressarcimento emergencial referente ao período de janeiro a dezembro de 2021 pela AGETRANSP, tal valor deverá ser pago em até seis meses após a deliberação final;

(ii) disciplinar o novo reajuste tarifário ordinário em 12% (doze por cento) sobre a tarifa vigente, tendo como nova tarifa praticada no valor de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), e homologada de R\$ 6,82 (seis reais e oitenta e dois centavos). Adicionalmente, ficou acordado que a partir de 02 de abril de 2022, o MetrôRio aplicará o desconto no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão durante o período de 24 meses, desconto esse que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de investimentos de períodos do Poder Concedente; e (iii) alteração do §15º da Cláusula Sétima do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para estabelecer novas formas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Em 26 de dezembro de 2022, por força do ato de deliberação previsto no 8º Termo Aditivo, o MetrôRio celebrou com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), o "Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros" ("Contrato de Concessão" e "9º Aditivo", respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos, disciplinar os termos e condições da contrapartida devida pelo Poder Concedente ao MetrôRio, no valor referencial de R\$ 109.504, referente a redução de R\$ 0,30 (trinta centavos de real) aplicada sobre o valor máximo unitário da tarifa padrão para os períodos de 02 de abril de 2022 a 11 de abril de 2023 e de 12 de abril de 2023 a 11 de abril de 2024, conforme convencionada no Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O valor referencial acordado será quitado em 4 parcelas, sendo que 2 parcelas foram pagas em 03 de maio de 2023, restando ainda 2 a serem liquidadas. (vide nota explicativa 6).

Em 08 de março de 2023 a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,

Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro ("AGETRANSP"), homologou:

- Reajuste tarifário ordinário de 5,77%, tendo como nova tarifa regulatória o valor de R\$ 7,20 (sete reais e vinte centavos), que vigorará a partir de 12 de abril de 2023; e
- A manutenção do desconto no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente, conforme previsto no Contrato de Concessão, de modo que a tarifa padrão praticada será no valor de R\$ 6,90 (seis reais e noventa centavos) para o período compreendido entre 12 de abril de 2023 e 11 de abril de 2024.

Em 04 de abril de 2023 o Governo do Estado do Rio de Janeiro institui a Tarifa Social para serviços de transporte metroviário, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), através da Edição do Decreto 48.452, que passou a vigorar a partir de 12 de abril de 2023, pelo prazo de 12 meses.

Em 02 de maio de 2023 a Secretaria de Estado de transporte e mobilidade urbana (SETRAM), considerando, a Emenda Constitucional nº 123 de 14 de julho de 2022 e todo o impacto da pandemia da Covid-19 sobre o sistema de transporte público, repassou os valores oriundos do Governo Federal para o sistema de transporte público coletivo urbano proporcionalmente ao número de transações de idosos maiores de 65 anos coletados pelos sistemas de bilhetagem eletrônica correspondentes aos anos de 2020, 2021 e 2022, através da resolução nº 1611, ficando destinado ao MetrôRio 8,31% desses recursos. Cabe mencionar que os todos os recursos aportados serão considerados na revisão tarifária, e que até a presente data, ocorreu o repasse integral no montante de R\$ 10,3 milhões.

Em 23 de novembro de 2023, a Companhia através de fato relevante divulgou a celebração de um Memorando de Entendimentos ("Memorando") com o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Mobilidade Urbana, a Controladoria-Geral do Estado, a Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB"), a OEC S.A. e a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.

Nos termos do Memorando, as partes concordam em desenvolver estudos sobre a viabilidade jurídica, técnica e financeira e buscar solução consensual e definitiva para a retomada e conclusão das obras da Estação Gávea e para as disputas judiciais e administrativas envolvendo o Contrato de Concessão das Linhas 1 e 2 do Sistema Metroviário do Estado do Rio de Janeiro ("Linhas 1 e 2") e o Contrato de Concessão nº L4/98, celebrado em 21.12.1998 ("Contrato L4").

A celebração de qualquer instrumento ou acordo em decorrência dos estudos e tratativas regulados pelo Memorando depende da viabilidade do atendimento às premissas negociais apresentadas pelas partes e do acordo em relação aos eventuais instrumentos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 444.160 (R\$ 290.063 positivo, em 31 de dezembro de 2022).

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards-IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações financeiras foi autorizado pela Administração da Companhia em 26 de março de 2024.

2.2. Principais normas, alterações e interpretações de norma

Normas novas e alteradas no exercício corrente

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas



contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

• Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, quando aplicável, vide estimativas contábeis relevantes na nota 2.18.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.4. Contrato de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

O ativo intangível deve ser amortizado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que se deu em função da curva de demanda, conforme prevista na orientação OCP05.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

(a) Receitas de serviços

As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de créditos esperadas”.

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de “perdas de crédito esperadas”, avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando o julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de idade de vencimento.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.9. Adiantamentos

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. Os adiantamentos são apropriados ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos caso ocorra fato relevante que possa gerar impacto.

2.11. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.12. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas acessórias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00%	7,6%	4,00%
Imposto sobre Serviço	ISS	2,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) imposto de renda-calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam

recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

b) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

c) Planos de benefício definido

Plano de benefício pós emprego que não seja plano de contribuição definida.

O CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Companhia mantém um Plano de Benefício Definido, atualmente com 200 participantes.

2.16. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

• Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

2.17. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

2.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Amortização do intangível

A Companhia reconhece a amortização dos ativos intangíveis no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Provisão com estimativa de crédito de liquidação duvidosa

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de “perdas de crédito esperadas”, avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando o julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de aging de vencimento.

2.19 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3. REAPRESENTAÇÃO DE CIFRAS COMPARATIVAS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Após a publicação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022, divulgadas em 23 de março de 2023, constatou-se que a classificação da aplicação financeira vinculada à 9ª emissão de Debêntures deveria estar classificada no ativo circulante, tendo em vista que a sua compensação ocorreria até dezembro de 2023 e considerando também que este ativo não atende aos critérios de compensação. Isso refletiu-se no seguinte impacto:

	Ativo Circulante	Passivo não circulante
	Aplicações financeiras	Debêntures
Em 31 de dezembro de 2022		
Saldo originalmente apresentado	167.924	1.212.725
Aplicação financeira vinculada à 9ª emissão Debêntures	80.550	80.550
Saldo em 31 de dezembro de 2022, ajustado	248.474	1.293.275

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	8.130	11.080
Certificados de Depósito Bancário - CDB	243.793	193.165
Total de caixa e equivalentes de caixa	251.923	204.245

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB - Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado), com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações é em média 102,49% do CDI (102,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	282.425	167.924
Aplicação financeira vinculada - CDB (b)	18.241	80.550
Total aplicações financeiras	300.666	248.474

(a) A rentabilidade destas aplicações é em média 102,66% do CDI (104,31% do CDI em 31 de dezembro de 2022) e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos da Companhia. Estas aplicações financeiras não estão classificadas como equivalentes de caixa, pois possuem carência igual ou superior a 90 dias e após este período passam a ter liquidez diária.

(b) As aplicações financeiras nesta conta pagamento, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 96,01% (96,01% em 31 de dezembro de 2022) com a finalidade de atender as obrigações contratuais relacionadas as garantias da 9ª emissão de debêntures (nota explicativa 15).

6. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	31/12/2023	31/12/2022
6(a) Contas a receber, líquidas		
Recebíveis do GERJ (a)	50.000	109.504
Recebíveis do GERJ (b)	35.538	33.617
Recebíveis do GERJ (c)	25.460	22.568
Vendas de passagens (d)	18.511	14.057
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (e)	9.624	7.143
Outros	76	473
Total do contas a receber	139.209	187.362
Total da PECLD	(49.330)	(47.185)
Total do contas a receber	89.879	140.177
Circulante	73.929	127.091
Não circulante	15.950	13.086

Os valores relativos a créditos a receber são:

(a) Valor a receber referente a duas parcelas do 9º termo aditivo.

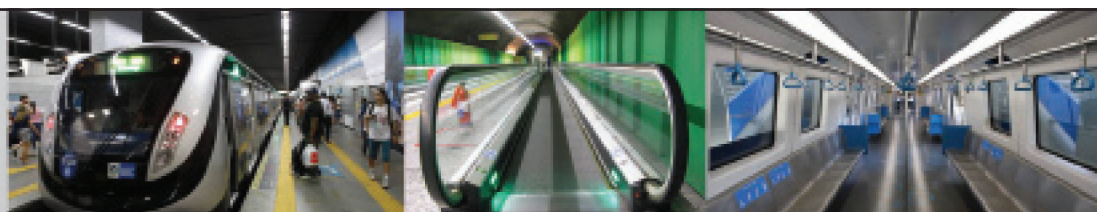
(b) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que foram despendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos - ET Pó;

(c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo e Olimpíadas de 2016. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas.

(d) Receita de passagens a receber;

(e) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios).





CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

6(b) Aging do contas a receber

	31/12/2023		31/12/2022	
	Contas a receber	PECLD	Contas a receber	PECLD
A Vencer	11.906	-	127.372	-
Vencidos				
Até 3 meses	14.432	(443)	2.849	(30)
De 3 a 6 meses	2.306	(1.073)	3.002	(41)
Acima de 6 meses	110.565	(47.814)	54.139	(47.114)
Total	139.209	(49.330)	187.362	(47.185)

6(c) Movimentação das perdas de créditos esperadas

Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(47.185)	(44.101)
Adições	(3.394)	(4.719)
Reversões	1.249	1.635
Saldo no fim do exercício	(49.330)	(47.185)

7. ESTOQUES

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais auxiliares, de manutenção e conservação	83.537	72.225
Total	83.537	72.225

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

8(a) Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social	8.809	4.971
Outros	368	635
Total	9.177	5.606

8(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados abaixo:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal	181.592	186.281
Base negativa da contribuição social	65.868	67.467
Provisão para riscos processuais	21.378	22.624
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	16.772	16.043
Provisões não dedutível	7.546	5.306
Participação nos lucros e resultado (PLR)	6.165	3.731
Outros	4.947	6.097
Total do ativo fiscal diferido	304.268	307.549
Amortização curva de demanda	(42.402)	(24.572)
Amortização do direito de concessão	(4.065)	(4.354)
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Outros diferidos passivos	-	(324)
Total do passivo fiscal diferido	(48.127)	(30.910)
Total do ativo fiscal diferido, líquido	256.141	276.639

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

Anos	31/12/2023
2024	8.669
2025	27.138
2026	32.862
2027	35.733
2028 até 2033	199.866
Total das projeções de realização do ativo fiscal diferido	304.268

8(c) Tributos a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
ISS	1.635	2.142
INSS sobre terceiros	616	615
IRRF e CSRF	426	383
Contribuição social	418	-
Taxa AGETRANSP	388	491
PIS e COFINS	-	686
Outros	-	187
Total	3.483	4.504
Circulante	3.483	4.317
Não circulante	-	187

8(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	91.650	286.710
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(31.161)	(97.481)
Exclusões/Adições permanentes	334	111.388
Total dos impostos no resultado	(30.827)	13.907
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado	(10.328)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	(20.499)	13.907
Total dos impostos no resultado	(30.827)	13.907

9. DESPESA ANTECIPADA

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros	3.903	23.339
Garantias TI	6.469	4.233
Total despesa antecipada	10.372	27.572

10. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são divulgadas nas demonstrações contábeis anuais e nas informações contábeis intermediárias.

Composição		31/12/2023	
Parte relacionada	Transação	Ativo Circulante	Resultado
HMOBI	Reembolso	5.177	-
Metrobarra	Gastos compartilhados	1.720	19.451
Total		6.897	19.451

Composição		31/12/2022	
Parte relacionada	Transação	Ativo Circulante	Passivo Resultado
HMOBI	Reembolso	2.384	-
Metrobarra	Gastos compartilhados	42	50
Total		2.384	50

11. OBRIGAÇÃO COM EMPREGADOS E PROFISSIONAIS-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

11(a) Saldo das obrigações com empregados e profissionais-chave da administração

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	19.293	12.002
Provisão de férias	18.078	13.569
Encargos	6.683	8.749
Outros benefícios	1.184	1.731
Total	45.238	36.051

11(b) Remuneração dos profissionais-chave da administração

A remuneração dos profissionais-chave da administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, conforme quadro a seguir:

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	5.620	5.286
Encargos	1.127	574
Outros benefícios	824	716
Total	7.571	6.576

Em 28 de abril de 2023 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos profissionais-chave da administração de até R\$ 12.705.

12. IMOBILIZADO

	Máquinas e Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa de depreciação %	de 10 a 20	10	20		
CUSTO					
Saldos em 31/12/2022	71.611	31.723	15.032	817	829
Adições	1.000	891	345	-	2.488
Baixas	(40)	(29)	(68)	-	(137)
Transferência	(666)	53	-	20	(593)
Saldos em 31/12/2023	71.905	32.638	15.309	817	1.101
DEPRECIACÃO					
Saldos em 31/12/2022	(52.406)	(23.448)	(10.551)	(588)	(86.993)
Adições	(5.163)	(2.795)	(1.239)	(88)	(9.285)
Baixas	39	28	65	-	132
Saldos em 31/12/2023	(57.530)	(26.215)	(11.725)	(676)	(96.146)
RESIDUAL					
Em 31/12/2023	14.375	6.423	3.584	141	1.101
Em 31/12/2022	19.205	8.275	4.481	229	829
Taxa de depreciação %	de 10 a 20	20	10	20	
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021	70.591	30.566	14.767	817	829
Adições	1.040	1.194	310	-	2.544
Baixas	(36)	(65)	(45)	-	(146)
Transferência	16	28	-	44	88
Saldos em 31/12/2022	71.611	31.723	15.032	817	829
DEPRECIACÃO					
Saldos em 31/12/2021	(46.651)	(20.442)	(9.340)	(500)	(76.933)
Adições	(5.787)	(3.068)	(1.254)	(88)	(10.197)
Baixas	30	66	43	-	139
Transferência	2	(4)	-	-	(2)
Saldos em 31/12/2022	(52.406)	(23.448)	(10.551)	(588)	(86.993)
RESIDUAL					
Em 31/12/2022	19.205	8.275	4.481	229	829
Em 31/12/2021	23.940	10.124	5.427	317	829

13. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Investimento na concessão (NE14(a))	Direito de concessão (NE14(b))	Software	Outros	Total do intangível	Infraestrutura em construção (NE14(c))
CUSTO						
Saldos em 31/12/2022	2.004.103	1.666.794	39.280	14	3.710.191	28.219
Adições	100.280	94	59	-	100.433	21.386
Baixas	(686)	-	-	-	(686)	-
Transferência	(8.333)	-	4.209	-	(4.124)	(2.113)
Saldos em 31/12/2023	2.095.364	1.666.888	43.548	14	3.805.814	47.492
AMORTIZAÇÃO						
Saldos em 31/12/2022	(804.365)	(828.456)	(24.996)	-	(1.657.817)	-
Adições	(60.198)	(49.966)	(6.416)	-	(116.580)	-
Baixas	64	-	-	-	64	-
Saldos em 31/12/2023	(864.499)	(878.422)	(31.412)	-	(1.774.333)	-
RESIDUAL						
Em 31/12/2023	1.230.865	788.466	12.136	14	2.031.481	47.492
Em 31/12/2022	1.199.738	838.338	14.284	14	2.052.374	28.219
Infraestrutura em construção (NE14(c))						
CUSTO						
Saldos em 31/12/2021	1.899.029	1.666.684	38.353	14	3.604.080	49.245
Adições	59.531	139	141	-	59.811	26.226
Baixas	(908)	-	-	-	(908)	-
Transferência	46.451	(29)	786	-	47.208	(47.252)
Saldos em 31/12/2022	2.004.103	1.666.794	39.280	14	3.710.191	28.219
AMORTIZAÇÃO						
Saldos em 31/12/2021	(756.380)	(786.496)	(24.350)	-	(1.567.226)	-
Adições	(48.128)	(41.962)	(646)	-	(90.736)	-
Baixas	143	-	-	-	143	-
Transferência	-	2	-	-	2	-
Saldos em 31/12/2022	(804.365)	(828.456)	(24.996)	-	(1.657.817)	-
RESIDUAL						
Em 31/12/2022	1.199.738	838.338	14.284	14	2.052.374	28.219
Em 31/12/2021	1.142.649	880.188	14.003	14	2.036.854	49.245

Prazo de amortização

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda de passageiros estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13(a) Investimento na concessão

São investimentos realizados durante todo o prazo de concessão no material rodante, vias permanentes, subestações de energia e toda a infraestrutura necessária para adequação, continuidade e melhorias na operação das Linhas 1 e 2. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

13(b) Direito de concessão

Direito de concessão referente à Outorga principal e Outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018) conforme os termos da alínea "b"; Parágrafo 1º da Cláusula 9ª do Sexto Termo Aditivo, através do qual a companhia e o Poder Concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolútiva, o prazo do contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do referido Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo Intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

13(c) Infraestrutura em construção

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

13(d) Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados, caso haja indicativo negativo de recuperabilidade, para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração; (ii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iii) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária. As principais premissas utilizadas, em 2023, para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 10,5% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 4,0%. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

14. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	100.068	84.332
Fornecedores internacionais	4.787	1.684
Total fornecedores	104.855	86.016

15. DEBÊNTURES E EMPRÉSTIMO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Circulante	Não circulante	Total	31/12/2022
Empréstimo Daycoval	-	1,50% a.m	29/01/2024	10.949	-	10.949	-
9ª emissão MTRJ19	IPCA	7,09% a.a	15/12/2031	123.644	1.441.306	1.564.950	1.580.096
				134.593	1.441.306	1.575.899	1.580.096
Custo de captação				(9.184)	(63.732)	(72.916)	(82.074)
Total				125.409	1.377.574	1.502.983	1.498.022

A Companhia, em atendimento a cláusula 4.9 do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas vinculadas e Outras Avenças da 9ª emissão de debêntures mantém conta de aplicação financeira vinculada (vide nota explicativa 5).

Segue abaixo a movimentação das debêntures e



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

Cálculo do capital de giro e sua variação

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		746.928	690.000
Passivo Circulante		(302.768)	(399.937)
Caixa e equivalentes de caixa	4	(251.923)	(204.245)
Aplicações financeiras	5	(300.666)	(248.474)
Empréstimo e Debêntures	15	125.409	204.747
Capital de giro		16.980	42.091
(+) Capital de Giro 2022			42.091
(-) Capital de Giro 2023			16.980
(=) Variação de Capital de Giro	C		25.111

Para fins de cálculo do ICSD, os termos abaixo terão os seguintes significados:
"EBITDA Ajustado": significa lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD.

"Impostos Pagos": significa somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD.
"Variação de Necessidade de Capital de Giro": significa a Necessidade de Capital de Giro na data da apuração do ICSD subtraída da Necessidade de Capital de Giro apurada 12 (doze) meses antes.
"Necessidade de Capital de Giro": significa a soma das contas operacionais não financeiras do ativo circulante subtraído da soma das contas operacionais não financeiras do passivo circulante.
"CAPEX": significa o montante financeiro investido pela Emissora para a formação de ativos intangíveis e imobilizados, relativo aos 12 (doze) últimos meses anteriores à apuração do índice;
"Serviço da Dívida": significa os valores pagos a título de juros e principal das Debêntures nos 12 (doze) últimos meses anteriores à apuração do índice.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia está adimplente com todas as obrigações da emissão.
Avaliação de Rating
 Em 16 de março de 2023, última avaliação realizada, a S&P Global Ratings reafirmou o rating 'brAA+' para a 9ª emissão (MTRJ19) devido a perspectiva estável, o que reflete a posição de liquidez saudável da Companhia.

Empréstimo
 Em 29 de dezembro de 2023, a companhia e o Banco Daycoval assinaram o contrato de cessão de direito de crédito no valor de R\$ 10.773 de principal e R\$ 175 de juros, taxa de 1,50%, com vencimento em 29 de janeiro 2024.

16. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	31/12/2023	31/12/2022
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	18.631	16.110
	18.631	16.110

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038).

O montante de R\$ 18.631 (R\$ 16.110 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à assunção pela Companhia da obrigação de pagamento das condenações judiciais devidas pela Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro e Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS, em processos com data anterior à tomada de posse da prestação do serviço público de passageiros das Linhas 1 e 2, ocorrida em 05 de abril de 1998, em contrapartida ao preço da outorga suplementar devida pela entrada em operação das estações Siqueira Campos, Cantagalo e General Osorio, previsto no §2º da Clausula Nona e §§ 13º e 14º da Clausula Vigésima Segunda do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades da liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Movimentação da concessão:

	31/12/2022	Atualização monetária	Movimento	31/12/2023
Outorga (a)	16.110	2.293	228	18.631
Não circulante	16.110	2.293	228	18.631
	31/12/2022	Atualização monetária	Movimento	31/12/2023
Outorga (a)	19.533	1.289	(4.712)	16.110
Não circulante	19.533	1.289	(4.712)	16.110

(a) Outorga do não circulante refere-se ao Anexo V do Sexto Aditivo ao Contrato de Concessão.

Bens reversíveis
 Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metropolitano, de acordo com os termos do Edital de Licitação PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito. A Companhia recebeu em transferência em 5 de abril de 1998, o montante de R\$ 6.093.927 de bens reversíveis.

17. RECEITA DIFERIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita diferida – 9º Termo aditivo	16.373	74.077
Outras	1.359	1.764
	17.732	75.841
Circulante	16.373	57.695
Não circulante	1.359	18.146

Receita diferida decorrente do 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão referente à parcela ainda não incorrida no período de outubro de 2023 a abril de 2024, vide maiores detalhes na Nota Explicativa 1.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviço a prestar – Giro (a)	5.135	3.349
Receitas antecipadas (b)	698	475
Serviço a prestar (c)	293	2.395
Adiantamento de clientes	1	3.419
Total	6.127	9.638

a) Vendas de bilhetes unitários.
 b) Receitas acessórias antecipadas.
 c) Venda de cartões pré-pagos do metrô do Rio de Janeiro.

19. PROVISÕES PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

19(a) Provisão para contingências reconhecida
 A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza do risco:	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	39.319	41.637
Tributários	13.153	23.496
Regulatório	3.426	3.505
Cíveis	3.702	2.862
Outros	236	34
Total	59.836	71.534

Movimentação das provisões:

Natureza do risco	31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Transfere- rência	31/12/2023
Trabalhistas	41.637	3.911 (1.041)	(8.333)	3.111	34	39.319	
Tributários	23.496	262	(10.605)	–	–	13.153	
Regulatório	3.505	397	(65)	(411)	–	3.426	
Cíveis	2.862	908 (509)	(492)	1.144	(211)	3.702	
Outros	34	–	–	25	177	236	
Total	71.534	5.478 (1.550)	(19.495)	3.869	–	59.836	
Natureza do risco	31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	31/12/2022	
Trabalhistas	41.741	11.755 (2.828)	(10.933)	1.902	41.637		
Tributários	22.458	3.480	(3.349)	–	907		
Regulatório	3.443	–	–	–	62		
Cíveis	1.422	6.040 (2.471)	(2.376)	247	2.862		
Outros	130	–	(98)	–	2		
Total	69.194	21.275 (5.299)	(16.756)	3.120	71.534		

19(b) Composição dos riscos possíveis não provisionados

Natureza do risco	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista (i)	92.480	93.257
Tributários (ii)	10.697	11.714
Regulatórios (ii)	41.286	33.089
Cíveis (iv)	38.696	60.827
Ambiental	7.259	6.503
Total	190.418	205.390

(i) Riscos trabalhistas
 A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

A alteração de prognóstico do processo 0001028-44.2011.5.01.0008 ocorrida em 2021 gerou aumento na provisão referente aos processos de natureza s trabalhista. Trata-se de a ação plurima movida pelo Sindicato – SIMERJ relativo à discussão envolvendo acúmulo de funções por agentes de segurança que estavam no quadro de funcionários da Companhia à época da extinção da função de oficial de estação, em 2003. Em março de 2023 o TST decidiu que a execução do referido processo, em pese tratar de ação plurima, será feita de forma segregada ou por pequenos grupos homogêneos, o que poderá reduzir o valor a ser desembolsado. A provisão atual do processo é de R\$ 30.126. O processo retornou para a vara de origem e seguirá para o contador judicial para seja feita pericia contábil de forma a determinar a forma da execução, ou seja, se será de forma segregada ou por pequenos grupos homogêneos. Além disso, em despacho proferido em setembro de 2023, foi determinada que a abrangência dos substituídos deverá contemplar apenas os empregados admitidos até 15 de agosto de 2011, observando-se a prescrição quinquenal (15 de agosto de 2006), bem como a bienal (15 de agosto de 2009) em relação aos empregados desligados da empresa mais de dois anos antes do ajuizamento da ação.

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas possíveis estavam em R\$ 92.480 sendo R\$ 61.797 relacionado à processos sucessórios do Contrato de Concessão, a serem ressarcidos pelo Estado através de requisição contratual ou pagamento (R\$ 93.257 em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$ 46.139 processos sucessórios).

(ii) Riscos tributários
 Em 31 de dezembro de 2023, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 10.697 (R\$ 11.714 em 31 de dezembro de 2022).

Trata-se de auto de infração lavrado pelo Município do Rio de Janeiro no dia 23 de dezembro de 2016, no valor histórico de R\$ 5,8 milhões, sendo principal de R\$ 3,7 milhões, em razão de suposta falta de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) concernente aos serviços prestados mediante locação, cessão de direitos de uso e congêneres, no período de outubro de 2012 à junho de 2016 (infração 1), e outubro de 2012 à dezembro de 2015 (infração 2). O MetrôRio alegou em sua defesa que a cessão pura de espaço não constitui serviço e, portanto, não é tributável pelo ISS, assim como a cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda não representa uma atividade sujeita ao imposto municipal. O prognóstico de perda deste caso é classificado como possível.

(iii) Riscos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2023, as multas regulatórias possíveis em esfera judicial foram estimadas em R\$ 41.286 (R\$ 33.089 em 31 de dezembro de 2022).

Trata-se de ação anulatória, com pedido de tutela de urgência, visando à desconstituição de multa administrativa aplicada pela AGETRANSP, por suposto descumprimento de obrigações constantes no 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transportes Metroviários da Cidade do Rio de Janeiro (Processo Administrativo nº E-12/004.069/2015). O prognóstico de perda deste caso é classificado como possível, no montante de R\$ 34.870.

(iv) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas cíveis possíveis estavam estimadas em R\$ 38.696 (R\$ 60.827 em 31 de dezembro de 2022).

Em 1º de abril de 2019, o Ministério Público protocolou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, contra o consórcio vencedor da licitação da Linha 04 do sistema metroviário do Rio de Janeiro e outros 22 réus associados, dentre os quais MetrôRio e Metrobarra. Dentre as alegações citadas pelo Ministério Público, é mencionada irregularidades da subconcessão da operação ao MetrôRio e locação de material rodante da Metrobarra. Em janeiro de 2021, MetrôRio e Metrobarra tomaram ciência da ação e se deram por citados. De forma tempestiva, protocolaram suas defesas com os seguintes fundamentos: (i) ilegitimidade passiva para figurarem na referida ação, (ii) ausência de quaisquer elementos concretos que as liguem aos escândalos de corrupção na obra do Metrô. MetrôRio informa que postulou em juízo em face do Estado do Rio de Janeiro e CRB o pedido de nulidade dos aditivos ao contrato de concessão da Linha 4, justamente para obter o reconhecimento de que a atual Linha 4 é meramente prolongamento das Linhas 1 e 2, cuja exploração é direito do MetrôRio. Quanto ao ato de improbidade, MetrôRio entende que há prescrição, visto que o prazo de 5 anos, previsto no art. 23 da Lei de Improbidade Administrativa, chegou a termo em 2015, tendo em vista que a assinatura do contrato se deu em 25 de fevereiro de 2010. O valor do pedido de danos morais coletivos foi de R\$ 120.000, mas, considerando que a ação envolve obrigação de fazer, cuja monetização não é possível de ser mensurada na fase processual atual, bem como possui 23 réus, não é possível estimar o valor do risco por agente envolvido na demanda. Este processo possui prognóstico possível.

19(c) Depósitos judiciais e recursais

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais - embargos de terceiros(i)	11.962	11.889
Depósitos recursais	664	8.922
	12.626	20.811

Depósitos judiciais	31/12/2022	Bloqueio judicial (ii)	Consti- tuição	Baixa	Atualiza- ção	Transfe- rência	31/12/2023
Depósitos judiciais - Embargos de terceiros (i)	11.889	–	26 (2.956)	940	2.063	11.962	
Depósitos recursais	8.922	(2.090)	492 (5.222)	625	(2.063)	664	
Total	20.811	(2.090)	518 (8.178)	1.565	–	12.626	

Depósitos judiciais	31/12/2021	Bloqueio judicial (ii)	Constituição	Baixa	Atualização	31/12/2022
Embargos de terceiros (i)	12.575	–	2.828 (5.131)	1.617	11.889	
Recursais	23.908	(1.364)	961 (16.640)	2.057	8.922	
Total	36.483	(1.364)	3.789 (21.771)	3.674	20.811	

(i) Trata-se de recursos jurídicos que foram despendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos- ET Pós, vide nota explicativa 6(a).

(ii) Refere-se à reversão dos depósitos judiciais efetuados, os quais estão sendo reintegrados aos recursos financeiros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$ 11.962 (R\$ 11.889 em 31 de dezembro de 2022).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20(a) Capital social

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. O valor dos juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

20(b) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com passagens	918.728	757.589
Receitas acessórias	68.940	63.384
Impostos, deduções e cancelamentos	(29.404)	(24.894)
Receita líquida	958.264	796.079

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(281.047)	(230.350)
Energia elétrica	(151.540)	(137.698)
Depreciação e amortização (i)	(123.900)	(100.933)
Conservação e manutenção	(115.587)	(93.302)
Despesas gerais	(20.349)	(12.481)
Seguros e garantias	(17.661)	(11.983)
Suporte e manutenção informática	(16.913)	(16.668)
Outros serviços – terceiros PJ	(9.463)	(8.180)
Serviços Fetranspor	(9.180)	(7.164)
Terceirização de frota	(8.048)	(7.477)
Água e esgoto	(6.349)	(5.212)
Consultorias	(6.453)	(5.321)
Baixa de depósitos judiciais recursais	(5.222)	(16.640)
Segurança viária / patrimonial	(4.769)	(3.921)
Assessoria jurídica	(3.383)	(3.912)
Comunicação, marketing e publicidade	(2.928)	(2.245)
Perdas com cartão de crédito	(2.333)	(2.332)
Provisão/reversão de PECLD	(2.145)	(3.084)
Associações de classes	(820)	(682)
Despesas legais e judiciais	(368)	(770)
Serviço ambulatorial	(430)	(632)
Provisão (reversão) para riscos processuais	14.017	(4.519)
Serviço compartilhado	19.451	–
Total	(755.420)	(675.506)
Custo de serviços prestados	(627.906)	(526.240)
Despesas gerais e administrativas	(127.514)	(149.266)
Total	(755.420)	(675.506)

(i) A Companhia durante o exercício de 2023 apurou créditos tributários de PIS e COFINS sobre depreciação e amortização, no montante de R\$ 1.965.

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas regulatórias (a)	–	286.068
Receita venda de energia (b)	23.198	–
Outras receitas (despesas) operacionais	4.258	10.606
Total de outras receitas e despesas operacionais	27.456	296.674

(a) Oriunda do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros que versa sobre o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R\$ 327.747, sendo R\$ 286.068 da parcela principal, reconhecidos como "outras receitas (despesas) operacionais", e R\$ 41.679 referentes a atualização monetária pelo IPCA, reconhecidos no resultado financeiro, conforme nota explicativa 1 (i).

(b) Venda de energia convencional já contratada pelo MetrôRio e recompra de mesmo volume de energia, porém incentivada, cujo benefício se traduz em desconto nas tarifas de distribuição e transmissão da LIGHT.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Variação monetária ativa (*)	2.399	46.411
Juros sobre aplicações financeiras	68.136	27.765
Variações cambiais ativas	530	350
Juros ativos	70	144
Outros	196	–
Total receitas financeiras	71.331	74.670
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária debentures	(189.176)	(185.536)
Custo de captação	(9.906)	(9.386)
Variação monetária passiva	(6.400)	(7.297)
Comissões e despesas bancárias	(3.726)	(2.020)
Variações cambiais passivas	(564)	(574)
Outros	(209)	(394)
Total despesas financeiras	(209.981)	(205.207)
Total resultado financeiro	(138.650)	(



CONCESSÃO METROVIÁRIA
DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

26. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de dezembro de 2023, os principais seguros contratados são:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Vencimento	
Responsabilidade Civil Geral*	60.000	01/08/2022	01/02/2024	Swiss Re
Riscos Operacionais*	280.000	01/08/2022	01/02/2024	Tokio
Garantia Fiança Locatícia*	5	01/07/2021	01/02/2024	Fairfax
Transporte Internacional*	US\$ 4,000	28/02/2023	28/02/2024	Tokio
Transporte Nacional*	5.000	28/02/2023	28/02/2024	Tokio
Garantia Judicial*	118	04/03/2021	24/03/2024	Jns
Risco Cibernético	25.000	03/04/2023	03/04/2024	Aig
Automóveis	TABELA FIPE 100%	24/08/2023	24/08/2024	Porto
Directors & Officers	40.000	08/11/2023	08/11/2024	Berkley
Garantia Judicial	1.518	03/08/2020	17/08/2025	Ezze
Garantia Judicial	87.826	03/04/2020	13/06/2027	Fator
Garantia Judicial	7.954	23/07/2021	03/04/2028	Bmg
Garantia Financeira	1.220	02/08/2022	02/05/2028	Pottential
Garantia Judicial	38.515	23/05/2019	16/08/2028	Pottential

*As apólices foram renovadas após o fim da vigência.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

27. Compromissos e responsabilidades

A Companhia possui um contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema à Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, CRB e o Metrobarra (interventente), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. O prazo do contrato está vigente até 2036.

28. Instrumentos financeiros

28(a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 2022. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	251.923	204.245		
Aplicações financeiras	300.666	248.474		
Contas a receber	89.879	140.177		
Partes relacionadas	6.897	2.384		
Total do ativo	649.365	595.280		
Passivos				
Fornecedores	104.855	86.016		
Empréstimo e Debêntures	1.502.983	1.498.022		
Concessão de serviço público	18.631	16.110		
Obrigações com empregados e profissionais-chave da administração	45.238	36.051		
Total do passivo	1.671.707	1.636.199		

28(b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

28(c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

28(d) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI e as taxas de juros das debêntures estão vinculadas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais uma taxa fixa pré-estabelecida.

28(e) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

28(f) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função dos fornecedores com indexador dólar, os quais não são relevantes.

28(g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	10,53%	7,90%	5,27%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,23%	5,29%	6,35%

Fonte: IBGE e B3 em 31 de dezembro de 2023.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Risco/ Indexador	Base	Resultado		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa					
Certificados de dep. banc. - CDB	DI	243.793	25.671	19.260	12.848
Aplicações financeiras					
Certificados de dep. banc. - CDB	DI	300.666	31.660	23.753	15.845
Total		544.459	57.331	43.013	28.693
Passivos financeiros					
9ª Emissão					
	IPCA	1.575.899	66.661	83.365	100.070
Total		1.575.899	66.661	83.365	100.070

28(h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Operação	Risco/ Indexador	Base	31/12/2023		31/12/2022	
			Cenário provável	Cenário A	Cenário provável	Cenário A
Ativos financeiros						
9ª Emissão						
	IPCA	1.575.899	66.661	83.365	100.070	100.070
Total		1.575.899	66.661	83.365	100.070	100.070

Índice de alavancagem financeira - %

Operação	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	251.923	204.245		
Aplicações financeiras	300.666	248.474		
Contas a receber	89.879	140.177		
Partes relacionadas	6.897	2.384		
Total do ativo	649.365	595.280		
Passivos				
Fornecedores	104.855	86.016		
Empréstimo e Debêntures	1.502.983	1.498.022		
Concessão de serviço público	18.631	16.110		
Obrigações com empregados e profissionais-chave da administração	45.238	36.051		
Total do passivo	1.671.707	1.636.199		

Índice de alavancagem financeira - %

Operação	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	251.923	204.245		
Aplicações financeiras	300.666	248.474		
Contas a receber	89.879	140.177		
Partes relacionadas	6.897	2.384		
Total do ativo	649.365	595.280		
Passivos				
Fornecedores	104.855	86.016		
Empréstimo e Debêntures	1.502.983	1.498.022		
Concessão de serviço público	18.631	16.110		
Obrigações com empregados e profissionais-chave da administração	45.238	36.051		
Total do passivo	1.671.707	1.636.199		

Índice de alavancagem financeira - %

Operação	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	251.923	204.245		
Aplicações financeiras	300.666	248.474		
Contas a receber	89.879	140.177		
Partes relacionadas	6.897	2.384		
Total do ativo	649.365	595.280		
Passivos				
Fornecedores	104.855	86.016		
Empréstimo e Debêntures	1.502.983	1.498.022		
Concessão de serviço público	18.631	16.110		
Obrigações com empregados e profissionais-chave da administração	45.238	36.051		
Total do passivo	1.671.707	1.636.199		

Índice de alavancagem financeira - %

Operação	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	251.923	204.245		
Aplicações financeiras	300.666	248.474		
Contas a receber	89.879	140.177		
Partes relacionadas	6.897	2.384		
Total do ativo	649.365	595.280		
Passivos				
Fornecedores	104.855	86.016		
Empréstimo e Debêntures	1.502.983	1.498.022		
Concessão de serviço público	18.631	16.110		
Obrigações com empregados e profissionais-chave da administração	45.238	36.051		
Total do passivo	1.671.707	1.636.199		

Índice de alavancagem financeira - %

Operação	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	251.923	204.245		
Aplicações financeiras	300.666	248.474		
Contas a receber	89.879	140.177		
Partes relacionadas	6.897	2.384		
Total do ativo	649.365	595.280		
Passivos				
Fornecedores	104.855	86.016		
Empréstimo e Debêntures	1.502.983	1.498.022		
Concessão de serviço público	18.631	16.110		
Obrigações com empregados e profissionais-chave da administração	45.238	36.051		
Total do passivo	1.671.707	1.636.199		

Índice de alavancagem financeira - %

Operação	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	251.923	204.245		
Aplicações financeiras	300.666	248.474		
Contas a receber	89.879	140.177		
Partes relacionadas	6.897	2.384		
Total do ativo	649.365	595.280		
Passivos				
Fornecedores	104.855	86.016		
Empréstimo e Debêntures	1.502.983	1.498.022		
Concessão de serviço público	18.631	16.110		
Obrigações com empregados e profissionais-chave da administração	45.238	36.051		
Total do passivo	1.671.707	1.636.199		

Índice de alavancagem financeira - %

Operação	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	251.923	204.245		
Aplicações financeiras	300.666	248.474		
Contas a receber	89.879	140.177		
Partes relacionadas	6.897	2.384		
Total do ativo	649.365	595.280		
Passivos				
Fornecedores	104.855	86.016		
Empréstimo e Debêntures	1.502.983	1.498.022		
Concessão de serviço público	18.631	16.110		
Obrigações com empregados e profissionais-chave da administração	45.238	36.051		
Total do passivo	1.671.707	1.636.199		

Índice de alavancagem financeira - %

Operação	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	251.923	204.245		
Aplicações financeiras	300.666	248.474		
Contas a receber	89.879	140.177		
Partes relacionadas	6.897	2.384		
Total do ativo	649.365	595.280		
Passivos				
Fornecedores	104.855	86.016		
Empréstimo e Debêntures	1.502.983	1.498.022		
Concessão de serviço público	18.631	16.110		
Obrigações com empregados e profissionais-chave da administração	45.238	36.051		
Total do passivo	1.671.707	1.636.199		